



Relatório e Contas

Ano 2020

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 532 306,38	4 666 846,73
Bens do património histórico e cultural	5	847 930,00	847 930,00
Ativos intangíveis	6	735,36	1 470,50
Investimentos financeiros	17,1	27 464,83	24 143,54
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		5 408 436,57	5 540 390,77
Activo corrente			
Inventários	9	17 752,32	19 031,81
Créditos a receber	17.3	39 792,81	68 165,33
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	2 006,44	3 456,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	432,00	2 272,00
Diferimentos	17.5	27 695,57	20 371,64
Outros ativos correntes	17.4	20 659,26	18 902,75
Caixa e Depósitos Bancários	17.6	353 808,48	408 529,67
		462 146,88	540 729,76
Total do ativo		5 870 583,45	6 081 120,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-573 759,04	-224 529,23
Excedentes de revalorização		3 120 645,61	3 221 227,36
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 949 907,02	1 950 848,15
		4 755 690,61	5 206 443,30
Resultado líquido do período		-574 681,10	-443 553,88
Total dos fundos patrimoniais	17.7	4 181 009,51	4 762 889,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	16 923,37	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	364 532,46	77 874,17
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		381 455,83	77 874,17
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	187 747,56	156 987,45
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	99 654,77	55 357,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7 e 8	212 713,38	332 059,11
Diferimentos	17.5	1 037,85	1 268,32
Outros Passivos Correntes	17.1	806 964,55	694 684,63
		1 308 118,11	1 240 356,94
Total do passivo		1 689 573,94	1 318 231,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 870 583,45	6 081 120,53

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	10	654 108,02	809 606,61
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 17.12	534 992,93	584 133,73
Variação nos inventários da produção		66,50	-1 395,00
Trabalhos para a própria entidade		7 637,11	11 219,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	79 756,80	92 194,56
Fornecimentos e serviços externos	17.13	288 108,57	358 744,61
Gastos com o pessoal	15	1 482 981,98	1 543 004,49
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	15 604,41	11 467,50
Provisões (aumentos/reduções)	11	16 923,37	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.14	309 343,44	361 032,48
Outros gastos	17.15	23 753,06	40 823,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-400 980,19	-281 637,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		171 702,80	160 831,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-572 682,99	-442 468,57
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos	17.16	1 998,11	1 085,31
Resultados antes de impostos		-574 681,10	-443 553,88
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-574 681,10	-443 553,88

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

José Carlos Tavares

C

C

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900201 - ERPI

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		446.655,87	548.865,99
Subsídios, doações e legados à exploração		232.971,70	223.830,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		3.384,47	5.385,46
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		36.598,34	43.663,19
Fornecimentos e serviços externos		142.865,75	163.663,18
Gastos com o pessoal		636.069,17	632.263,31
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		17.270,46	18.948,26
Provisões (aumentos/reduções)		8.831,74	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		8.582,92	3.470,72
Outros gastos		9.664,17	8.237,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-159.704,67	-85.223,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.476,83	9.702,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-175.181,50	-94.926,17
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-175.181,50	-94.926,17
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-175.181,50	-94.926,17

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado







Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900202 - Centro Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		94.376,10	110.529,16
Subsídios, doações e legados à exploração		66.818,80	69.066,98
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		2.064,95	2.131,71
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		18.418,75	17.283,33
Fornecimentos e serviços externos		75.947,57	102.273,79
Gastos com o pessoal		368.334,90	389.439,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	110,39
Provisões (aumentos/reduções)		4.320,47	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4.441,03	5.040,52
Outros gastos		1.577,81	5.718,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-300.898,62	-328.056,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		7.363,75	4.213,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-308.262,37	-332.270,29
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-308.262,37	-332.270,29
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-308.262,37	-332.270,29

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

(

(

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900203 - Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		95.836,32	110.090,48
Subsídios, doações e legados à exploração		171.453,56	201.653,11
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		2.068,26	3.253,71
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		22.237,84	26.379,85
Fornecimentos e serviços externos		44.640,44	49.202,33
Gastos com o pessoal		332.184,45	367.556,09
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		123,50	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		3.771,16	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3.083,48	5.375,70
Outros gastos		2.344,27	4.485,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-132.860,04	-127.250,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		8.029,08	5.489,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-140.889,12	-132.739,77
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-140.889,12	-132.739,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-140.889,12	-132.739,77

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

C

C

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

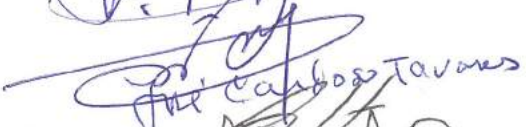
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900101 - Creche

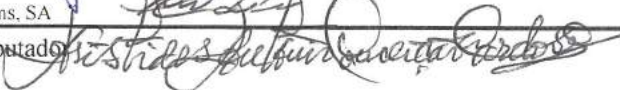
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		16.969,23	39.471,78
Subsídios, doações e legados à exploração		58.931,57	85.034,24
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		119,43	448,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2.166,40	3.638,58
Fornecimentos e serviços externos		8.869,96	25.077,20
Gastos com o pessoal		138.831,32	143.755,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.545,26	422,34
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	796,45
Outros gastos		66,55	838,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-76.459,26	-47.981,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		2.330,59	3.189,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-78.789,85	-51.170,88
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-78.789,85	-51.170,88
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-78.789,85	-51.170,88

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado





Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900601 - Exploração Agrícola

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		4.817,30	4.425,20
Variação nos inventários da produção		66,50	-1.395,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		335,47	1.229,61
Fornecimentos e serviços externos		2.675,06	3.779,98
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	251,98
Outros gastos		53,17	200,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.820,10	-1.927,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.820,10	-1.927,88
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		1.820,10	-1.927,88
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.820,10	-1.927,88

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

C

C

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900602 - Património

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		270,50	649,20
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	123,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		13.109,79	14.748,13
Gastos com o pessoal		7.562,14	9.989,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4.334,81	-8.013,49
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		293.236,01	346.097,11
Outros gastos		10.047,09	21.343,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		267.122,30	308.801,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		138.502,55	138.235,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		128.619,75	170.566,42
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		1.998,11	1.085,31
Resultados antes de impostos		126.621,64	169.481,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		126.621,64	169.481,11

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

C

C

Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SARDOAL
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2020

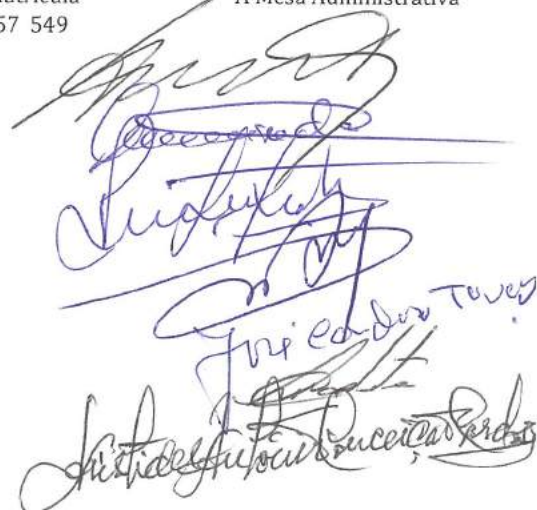
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		DEZEMBRO 2020	DEZEMBRO 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		961 664,61	1 110 465,38
Pagamentos a fornecedores		418 220,46	588 917,68
Pagamentos ao pessoal		1 492 358,89	1 570 450,47
Caixa gerada pelas operações		(948 914,74)	(1 048 902,77)
Outros recebimentos/pagamentos		509 055,94	637 810,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(439 858,80)	(411 092,10)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(0,00)	41 698,84
Activos intangíveis		735,14	2 205,64
Investimentos financeiros		4 280,35	4 706,46
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		959,06	686,05
Outros activos		248 647,69	280 739,91
Subsídios ao investimento		0,00	
Juros e rendimentos similares		22 700,67	748,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		267 291,93	233 563,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		403 850,53	211 042,73
Doações		(0,00)	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		276 835,27	228 256,50
Juros e gastos similares		9 169,58	9 349,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		117 845,68	(26 563,19)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(54 721,19)	(204 092,21)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.6	408 529,67	610 321,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.6	353 808,48	408 529,67

O Contabilista Certificado



NIF/ Matricula
501 157 549

A Mesa Administrativa



A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, positioned in the upper right corner of the page.

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

31 de março de 2021

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações.....	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos	18
9	Inventários	19
10	Rédito.....	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes.....	22
17.4	Outros ativos correntes	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.7	Fundos Patrimoniais	23
17.8	Fornecedores	23
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.10	Outros passivos correntes	24
17.11	Trabalhos para a própria entidade	24
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	24
17.13	Fornecimentos e serviços externos	25
17.14	Outros rendimentos.....	25

17.15 Outros gastos	25
17.16 Resultados Financeiros	26
17.17 Acontecimentos após data de Balanço.....	26



1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Sardoal” é uma I.P.S.S. Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede no Largo do Convento, em Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche, desenvolve ainda atividade relacionados com a gestão do seu Património, e agrícolas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal opera.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições na data do balanço.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

No ano de 2018 ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais bem como de edifícios e outras construções, sendo que os mesmos estão reconhecidos pelo método da revalorização.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Ativos Biológicos

Os “Ativos Biológicos” encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras passivos a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira estão contabilizados, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.13 Trabalhos para a própria Entidade

São os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização é o custo de produção desses trabalhos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847.930,00

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00

Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847.930,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	648.245,01			279.840,59		368.404,42
Edifícios e outras construções	3.927.124,29			300.507,33		4.227.631,62
Equipamento básico	335.061,67	10.122,13				341.501,93
Equipamento de transporte	95.777,02	2.150,00	37.273,87			60.653,28
Equipamento biológico	82.465,03	1.704,41	184,50			84.984,94
Equipamento administrativo	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.537,66					78.537,66
Total	5.169.250,68	13.976,54	37.458,37	580.347,92		5.162.753,85
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	163.079,26	138.235,55		37.147,01		264.167,80
Equipamento básico	303.134,67	10.247,72	3.681,87			309.700,00
Equipamento de transporte	83.559,19	6.646,42	37.273,74			52.931,87
Equipamento biológico	72.729,80	3.480,85	153,70			76.056,95
Equipamento administrativo	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	33.499,69	1.485,55				34.985,24
Total	657.042,61	160.096,09	41.109,31	37.147,01	0,00	738.882,38

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	368.404,42			38.860,00		329.544,42
Edifícios e outras construções	4.227.631,62	17.800,00				4.245.431,62
Equipamento básico	341.501,93	4.806,00	5.635,77			340.672,16
Equipamento de transporte	60.653,28	36.297,30				96.950,58

Equipamento administrativo	84.984,94	1.889,25				86.874,19
Equipamento biológico	1.040,00		1.040,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.537,66					78.537,66
Total	5.162.753,85	60.792,55	6.675,77	38.860,00	0,00	5.178.010,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	264.167,80	138.502,55				402.670,35
Equipamento básico	309.700,52	11.408,60	5.635,77			315.473,35
Equipamento de transporte	52.931,87	15.720,74				68.652,61
Equipamento administrativo	76.056,95	3.850,22				79.907,17
Equipamento biológico	1.040,00		1.040,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	34.985,24	1.485,55				36.470,79
Total	738.882,38	170.967,76	6.675,77	0,00	0,00	903.174,27

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	14.442,06	2.205,64	6.787,25			9.860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	14.442,06	2.205,64	6.787,25	0,00	0,00	9.860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	14.442,06	735,14	6.787,25			8.389,95
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	14.442,06	735,14	6.787,25	0,00	0,00	8.389,95

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9.860,45					9.860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	8.389,95	735,14				9.125,09
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	8.389,95	735,14	0,00	0,00	0,00	9.125,09

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	61.732,97	33.509,99	28.222,98	24.435,67	18.326,76	6.108,92
Total	61.732,97	33.509,99	28.222,98	24.435,67	18.326,76	6.108,92

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	33.343,41	334.257,18	367.600,59	1.204,49	73.795,51	75.000,00
Locações Financeiras	10.216,12	30.275,28	40.491,40	6.070,57	4.078,66	10.149,23
Descobertos Bancários	41.655,61	0,00	41.655,61	46.302,84	0,00	46.302,84
Contas caucionadas	100.000,00	0,00	100.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Cartão de crédito	27.498,24	0,00	27.498,24	28.481,21	0,00	28.481,21
Total	212.713,38	364.532,46	577.245,84	332.059,11	77.874,17	409.933,28

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019			2020			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.813,41	187.374,07	95.831,97	8.517,31	161.407,49	82.996,68	7.171,32
Produtos acabados e intermédios	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total	10.013,41	187.674,07	95.831,97	8.517,31	161.407,49	82.996,68	8.517,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				92.194,56			79.756,80
Variações nos inventários da produção				-1.200,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores+ serviços	654.108,02	809.606,61
Juros	226,40	748,06
Total	654.334,42	810.354,67

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidas as seguintes provisões, passivos e ativos contingentes:

Descrição	2020	2019
Provisões, passivos e ativos contingentes		

Provisões	16.923,37	0,00
Passivos contingentes	0,00	0,00
Ativos contingentes	0,00	0,00
Total	16.923,37	0,00

Este valor foi constituído devido à reestruturação interna existente na entidade e é referente à estimativa do valor das indemnizações a pagar devido a despedimentos.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
Comparticipação CRSS	515.136,52	551.040,34
IEFP	4.119,11	11.868,19
Exp. Agrícola (IFAP)	4.817,30	4.425,20
Protocolo Município Sardoal	10.920,00	16.800,00
Total	534.992,93	584.133,73

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável neste exercício. A Entidade tem isenção definitiva.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de “118” e em 31/12/2019 foi de “122”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	3.599,68	0,00
Remunerações ao pessoal	1.150.096,32	1.268.143,29
Benefícios Pós-Emprego		0,00
Indemnizações	69.602,01	0,00
Encargos sobre as Remunerações	234.079,57	251.757,65
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17.105,59	9.795,37
Gastos de Ação Social		0,00
Outros Gastos com o Pessoal	8.498,81	13.308,18
Total	1.482.981,98	1.543.004,49

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	6.733,77	6.733,77
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	6.733,77	6.733,77
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	800,00	800,00
Outros investimentos financeiros	26.664,83	23.343,54
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6.733,77	-6.733,77
Total	26.740,83	23.851,54
Imparidade em Associados/ Irmãos	-1.024,00	-360,00
Reversão de Imparidades	300,00	68,00

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2.038,00	3.154,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00

Perdas por imparidade	-1.606,00	-882,00
Total	432,00	2.272,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	39.792,81	68.165,33
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	115.706,18	113.975,61
Total	155.498,99	183.140,94

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Clientes		
Utentes	-21.031,77	-11.184,50
Reversão perdas por imparidade	6.151,36	8.373,49
Total	-14.880,41	-2.808,01

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	314,22	570,80
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.326,52	10.512,48
Outros devedores	4.608,29	3.381,49
Adiantamento a fornecedores	0,00	340,00
Outros ativos	4.410,23	4.097,98
Total	20.659,26	18.902,75

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
-----------	------	------

Gastos a Reconhecer		
Seguros	843,62	979,41
Custos diferidos OBS no inventário	24.219,64	16.501,31
Material de Escritório	548,01	733,87
Outros Fluidos	1632,83	1.708,30
Aluguer de Equipamentos	82,67	79,95
Serviços Especializados	368,80	368,80
Total	27.695,57	20.371,64
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	430,96	270,19
Outras Receitas	606,89	998,13
Total	1037,85	1.268,32

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	11,42	0,00
Depósitos à ordem	3.797,06	8.529,67
Depósitos a prazo	350.000,00	400.000,00
Outros		
Total	353.808,48	408.529,67

O valor constante dos depósitos a prazo servem como garantia para os empréstimos junto do Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal CRL com os valores iniciais de 100.000,00€, 200.000,00€ e 73.795,51€.

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-224.529,23	0,00	-349.229,81	-573.759,04
Excedentes de revalorização	3.221.227,36	0,00	-100.581,75	3.120.645,61
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.950.848,15	0,00	-941,13	1.949.907,02
Total	5.206.443,30	0,00	-450.752,69	4.755.690,61
Resultado líquido	-443.553,88			-574.681,10
Total	4.762.889,42			4.181.009,51

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	187.747,56	156.987,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00

Total	187.747,56	156.987,45
--------------	-------------------	-------------------

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.006,44	3.456,56
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2.006,44	3.456,56
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	208,25	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.986,00	5.729,93
Segurança Social	94.126,07	49.238,24
Outros Impostos e Taxas	334,45	389,26
Total	99.654,77	55.357,43

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamento de utentes		8.339,14		7.474,59
Pessoal				
Remunerações a pagar		13.552,93		2.642,81
Cauções				
Outras operações				0,00
Perdas por imparidade acumuladas				0,00
Fornecedores de Investimentos				0,00
Credores por acréscimo de gastos		239.457,40		239.274,13
Outros credores- Adiantamento venda AFT		472.500,00		387.500,00
Outros credores		73.115,08		57.793,10
Total	0,00	806.964,55	0,00	694.684,63

17.11 Trabalhos para a própria entidade

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes trabalhos para a própria entidade:

Descrição	2020	2019
Trabalhos para a própria entidade	7.637,11	11.219,64
Total	7.637,11	11.219,64

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	519.255,63	562.908,53
Subsídios de outras entidades	15.737,30	21.225,20
Doações e heranças		0,00
Legados		0,00
Total	534.992,93	584.133,73

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	58.717,97	109.332,45
Materiais	4.953,59	7.908,73
Energia e fluidos	98.907,66	122.392,30
Deslocações, estadas e transportes	433,24	87,88
Serviços diversos	125.096,11	119.023,25
Total	288.108,57	358.744,61

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	7.412,10	16.636,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.325,13	1.753,99
Recuperação de dívidas a receber		0,00
Ganhos em inventários		0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	3.900,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	248.647,69	280.739,91
Outros rendimentos	25.518,17	24.640,96
Juros obtidos	226,40	748,06
Outros Rendimentos similares	22.313,95	36.513,49
Total	309.343,44	361.032,48

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	807,04	1.004,09
Descontos de pronto pagamento concedidos		1.263,54
Incobráveis		0,00
Perdas em inventários		0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e		0,00

empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros	3.260,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros		30,80
Outros Gastos	12.250,98	30.261,10
Outros gastos e perdas de financiamento	7.435,04	8.264,11
Total	23.753,06	40.823,64

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1998,11	1.085,31
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1.998,11	1.085,31

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

18. Outras Divulgações

A 31 de dezembro de 2020, encontravam-se as contribuições da Segurança Social de outubro, novembro e dezembro de 2020 por liquidar, sendo que as de outubro e novembro se encontravam em mora.

À data da elaboração deste anexo, as contribuições perante a Segurança Social de outubro e novembro de 2020 já se encontram liquidadas e existe um acordo para o pagamento das contribuições de dezembro de 2020.

De salientar que durante o ano de 2020 ocorreu o encerramento da valência- Creche.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

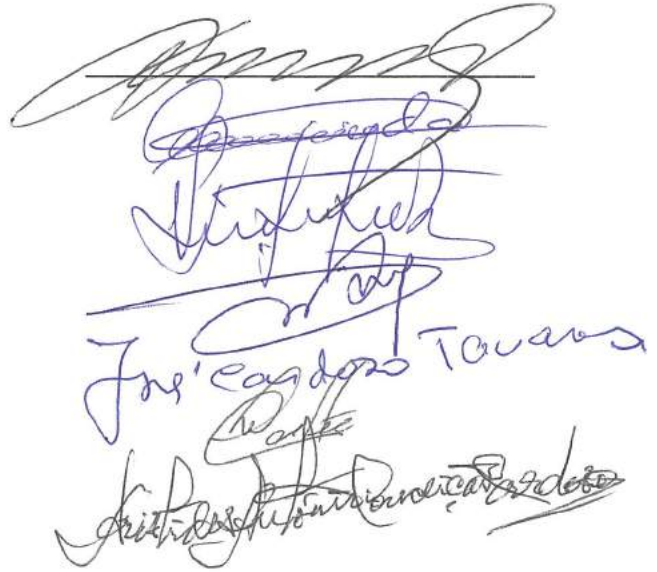
Sardoal, 31 de março de 2021

O Contabilista Certificado



A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Luís António'.

A Mesa Administrativa



A collection of handwritten signatures in blue ink, written over a horizontal line. The signatures are more varied and less stylized than the one on the left. One signature is clearly legible as 'José Carlos Tavares'.



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

ANO DE 2020

No cumprimento dos imperativos legais e do Compromisso, submetemos à aprovação dos Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2020.

Das atividades descritas no Plano de Atividades, damos conta das que foram realizadas e das que se encontram em realização que são as seguintes:

OBRAS

- 1 – Continuação da reconstrução do edifício da Rua 5 de Outubro, objecto de atrasos por motivos amplamente conhecidos de todos os Irmãos, por força da pandemia que nos afetou no decurso dos nove meses da sua duração;
- 2 - A requalificação do primeiro andar dos claustros, foi objecto de candidatura, aguardando-se que, a breve prazo, a entidade se pronuncie.

CELEBRAÇÕES/ATIVIDADES

Face à situação de pandemia do COVID 19, não se realizaram nenhuma das celebrações previstas no Plano de Atividades e não se prevê que possam vir a ser implementadas antes do fim de 2021.

DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO

No aspecto financeiro as contas anexas espelham a realidade da vida da Instituição, sendo que a sua explicação, que poderá ser complementada pelo responsável da Contabilidade, que também é Irmão da Irmandade e por isso pode e deve estar presente nesta Assembleia também sofreram com a situação pandémica que se vive no País e no mundo, das indemnizações com o encerramento da Valência de Creche, (seis) e com a saída dos colaboradores contratados a termo certo e incerto das restantes valências (trinta) .

O resultado apurado, torna-se deveras preocupante, mesmo atendendo ao momento que se tem verificado no País e no concelho, à falta de participação

por parte do Estado, que somente participou com aproximadamente trinta e oito por cento do custo médio do Utente em valência de ERPI, da situação que tem reflexos nas dificuldades financeiras de muitos Utentes, bem como do seu agregado familiar, tudo isto devido ao modo e forma de gerir que ultimamente se tem seguido, apesar das muitas críticas (**sempre sem qualquer fundamento, em nosso entender e que se esclarecerá oportunamente**) que por alguns (em manifesta má fé e ignorância têm sido feitas, tudo isto, repete-se, sem que se tenha perdido a qualidade dos serviços prestados e nos juros derivados dos investimentos em imobilizado.

Por tudo o que fica dito, importa ter em conta que para além do aumento do salário mínimo em € 35,00, com reflexo nos custos com o pessoal, em mais € 30.000,00, aproximadamente, sem que tenha havido a correspondente componente do Estado, que nem sequer este aumento teve em linha de conta, com a agravante da subida de preços nos produtos necessários para a manutenção e continuação da qualidade dos serviços prestados.

Esta situação terá forçosamente de ser analisada friamente e também friamente ser tomada uma posição, face ao aumento para o ano corrente do salário mínimo acima referido, que foi causa dos custos acrescidos, quer em vencimentos quer nos aumentos dos géneros alimentícios e de outros custos que são fáceis de calcular, pelo que, tal como foi referido na apresentação do Orçamento para o ano de 2021, há que tomar medidas drásticas, sob pena de nada se fazendo ficar a Santa Casa da Misericórdia em situação de ter de enfrentar uma situação de reais dificuldades económicas.

Estaremos disponíveis para prestar os esclarecimentos que porventura sejam considerados oportunos por parte dos Irmãos e faremos uma descrição mais pormenorizada na comunicação do Provedor.

A situação actual vai obrigar a que sejam tomadas medidas que vão doer e fazer sofrer quem venha a necessitar dos serviços, em qualquer das Valências, se não houver a correspondente participação do Estado naquilo que é uma obrigação sua e que se aproveita da disponibilidade e boa vontade dos que se dispuseram a SERVIR.

Da análise aos resultados apresentada pela Contabilidade, fica evidente a certeza de que se tem de agir com rapidez, sob pena de, como se refere, haver uma situação de colapso total, quando não houver mais património de valor para alienar, que sirva de suporte para os prejuízos verificados.

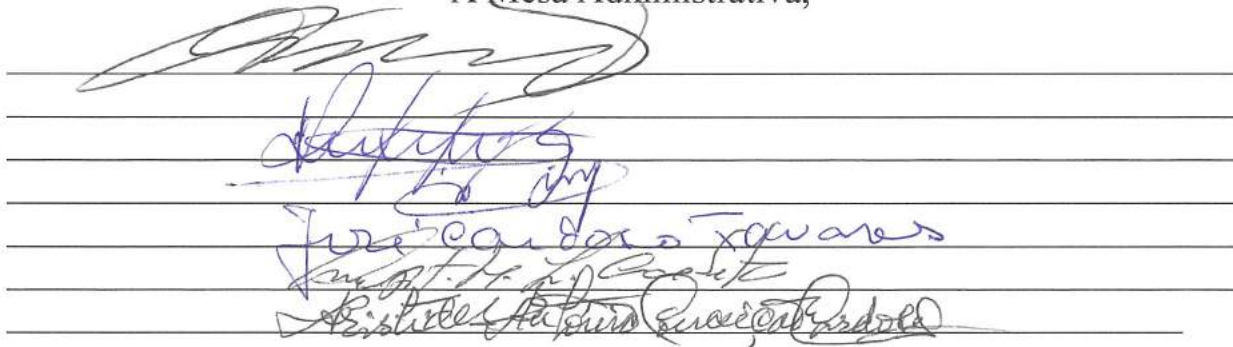
Acresce o facto de que a Comparticipação da Segurança Social não chega para pagar os atuais vencimentos dos funcionários, pelo que, não havendo aumento substancial, ficaremos permanentemente em situação deficitária. Somente a título de exemplo, somos comparticipados em DOZE meses e temos de pagar CATORZE meses aos funcionários, e do total das comparticipações da Segurança Social mais de vinte por cento são devolvidos na taxa social única.

Estes são os factos e a realidade que se vive, não só aqui mas no País inteiro pois para sustentar uma máquina pesada que é o Estado, o mesmo fica sem fica sem capacidade para as realidades das Instituições com acordos de IPSS.

Assim sendo, submete-se à consideração da Assembleia Geral a aprovação do Relatório e das Contas referentes ao exercício do ano de 2020, onde foi apurado um resultado líquido negativo de € 574.681,10, que se propõe seja levado à Conta de Resultados Transitados.

SARDOAL, 2021-03-31

A Mesa Administrativa,



The image shows several handwritten signatures in blue ink over a series of horizontal lines. The signatures are somewhat stylized and difficult to read, but they appear to be the names of the members of the administrative board. The text 'A Mesa Administrativa,' is printed above the lines.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SARDOAL
Largo do Convento
Sardoal
2230 SARDOAL

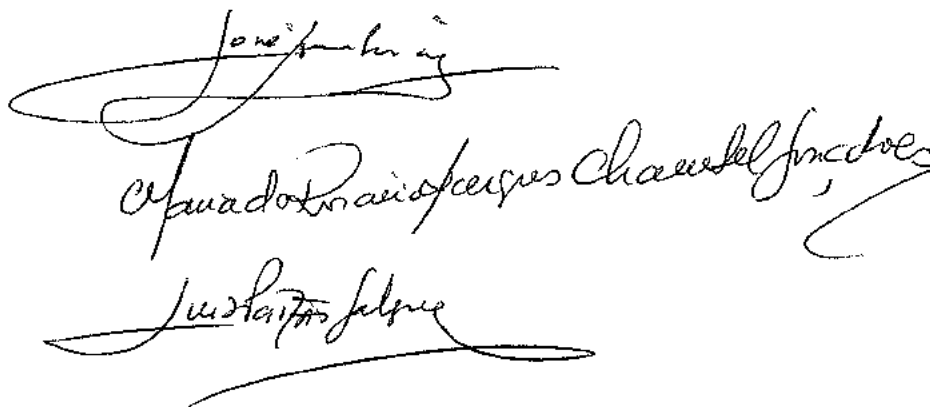
Parecer do Conselho Fiscal

Está em 20/04/2021, pelas 16:30 horas, reunido o Conselho Fiscal da Santa casa da Misericórdia do Sardoal, para aprovação das contas relativas ao exercício de 2020. -----

Depois da análise aos elementos contabilísticos, deliberaram que as contas reúnem as condições para a sua aprovação, pelo que são aprovadas por todos os elementos. -----

Sardoal, 20 de abril de 2021

O Conselho Fiscal



The image shows three handwritten signatures in cursive script. The top signature is the most prominent and appears to be 'José Manuel'. The middle signature is longer and more complex, possibly reading 'Alfaro do Pinheiro Pereira Chaves do Fincados'. The bottom signature is shorter and appears to be 'Justino Felgueiras'.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Santa Casa da Misericórdia do Sardoal**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5 871 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 4 181 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 575 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2020 as demonstrações financeiras evidenciam um resultado líquido negativo de 575 milhares de euros reduzindo significativamente os fundos patrimoniais. Adicionalmente a sua atividade nos últimos anos tem gerado rendimentos inferiores aos gastos, evidenciando nos últimos três anos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, negativos.

Estas condições indiciam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade em se manter em continuidade. Contudo, de acordo com o divulgado na nota 2 do anexo às contas, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, a qual está dependente dos resultados do plano de reestruturação que está a ser implementado pela Mesa Administrativa, conforme evidenciado no Relatório de Gestão e do apoio financeiro solicitado ao Fundo de Socorro Social.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

3/4 23

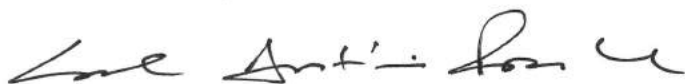

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 19 de Abril de 2021



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por Carlos António Rosa Lopes (ROC n° 645)

4/4